

FHC pede desculpas por Bresser

Declarações do ministro da Administração sobre o perigo do reajuste de 28,86% para servidores irritaram os juízes do STF

Em conversa informal com jornalistas, na quarta-feira, o ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser, qualificou como "um desastre nacional" a eventual aprovação pelo Supremo Tribunal Federal de um reajuste de 28,86% para os servidores públicos. Feito na véspera do julgamento da ação que estende aos servidores civis da União o aumento concedido aos militares em 1993, o comentário foi interpretado como uma tentativa de influenciar a decisão dos juízes do STF.

O julgamento marcado para ontem acabou adiado, mas as declarações irritaram profundamente os representantes do Judiciário. "Desastre nacional é, se a moda pega, ministros de Estado passam a fazer apelo ao STF para decidir, nesse ou naquele sentido, uma questão em pauta", reagiu o presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence.

"Peço desculpas por esse desastre nacional que foi a entrevista do ministro Bresser"

De Fernando Henrique para Sepúlveda Pertence

Caso seja concedido, o reajuste, que é retroativo a janeiro de 1993, provocará um déficit estimado em R\$ 7 bilhões pela área econômica do Tesouro, só com o pagamento dos atrasados. Além disso, a folha salarial subirá em cerca de R\$ 2 bilhões ao ano.

O reajuste já foi estendido pelo próprio STF aos seus servidores com base no Artigo 37 da Constituição, no que foi imitado pelo Congresso Nacional, pelo Ministério Público Federal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "Só os servidores do Executivo ficaram

injustamente de fora", sustentou o ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo.

ENCONTRO

Consciente do estrago causado pelas declarações do ministro da Administração, Fernando Henrique telefonou ao gabinete de Pertence logo que leu o *Clipping* da Radiobrás pela manhã, com as manchetes dos jornais, mas o presidente do STF encontrava-se numa reunião no Ministério da Justiça. Ao meio-dia, o presidente encontrou-se com Pertence na solidão em homenagem ao ex-senador Teotônio Vilela, no Senado, e o puxou para uma conversa reservada.

Fernando Henrique pediu desculpas a Pertence pelo "desastre" das declarações de Bresser Pereira, consideradas como intromissão do Poder Executivo no Poder Judiciário.

Não satisfeito — a conversa foi interrompida pelo assédio de parlamentares —, Fernando Henrique telefonou à tarde ao presidente do STF e proferiu uma frase para não deixar dúvida quanto à posição do governo: "Peço desculpas por esse desastre nacional que foi a entrevista do ministro Bresser", teria dito o presidente, segundo versão divulgada pela assessoria do STF.

VOLTA À CARGA

Pertence se deu por satisfeito, mas Bresser não: em nova entrevista, o ministro da Administração

Roberto Castro/AE



FHC com Sepúlveda Pertence: pedido formal de desculpas do presidente pela intromissão de Bresser em assuntos que só dizem respeito ao Judiciário

disse que a eventual aprovação do reajuste aos servidores representaria "uma violência contra o Plano Real, uma violência contra o Estado brasileiro, uma violência contra o contribuinte".

Segundo afirmou Bresser, "o Brasil inteiro está preocupado" com a extensão do reajuste dos militares a um milhão de servidores civis ativos e inativos da União. "É um assunto de alta gravidade para o Estado e a Nação brasileira", acrescentou o ministro. Ele reafirmou, porém, que confia no espírito público dos ministros do STF. "Nós temos ministros de altíssimo nível, que têm espírito público e

conhecem o direito melhor do que eu", sustentou. Bresser acredita que "o STF vai tomar bem a decisão".

A assessoria de imprensa do Ministério da Administração explicou à noite que as declarações de Bresser "expressam as preocupações de um ministro de Estado com o déficit público". Em nenhum momento, segundo a assessoria, ele fez um apelo ao Supremo para que recuse o aumento dos servidores ou questionou a autonomia do Poder Judiciário.

O que mais irritou o Judiciário foram as insinuações, atribuídas à assessoria de Bresser, de que o Su-

premo estaria usando o julgamento como elemento de barganha para obter a aprovação do Plano de Cargos e Salários do Judiciário. "Essa é uma acusação tão grosseira e rombuda que eu responderia se alguém a assumisse com nome e sobrenome", desafiou Pertence.

O julgamento da ação — um recurso em mandado de segurança movido por 11 servidores, mas que criará jurisprudência para as demais ações que estendem o benefício a todo o funcionalismo — deverá ocorrer na próxima quarta ou quinta-feira, se Pertence o recolocar na pauta do dia. Se isso não ocorrer, o julgamento ficará adia-

do para fevereiro de 1997, porque o STF entra em recesso no próximo dia 20.

A frustração foi geral e estava estampada no rosto de cada um dos 20 trabalhadores que foram se solidarizar com os 11 funcionários públicos que teriam um mandado de segurança julgado pelo STF.

O julgamento foi adiado porque o ministro relator do processo, Marco Aurélio de Mello, viajou para a Paraíba. Sem a presença do relator os ministros não podem julgar processos. O ministro Marco Aurélio viajou não como ministro do Supremo, mas como presidente do Tribunal Superior Eleitoral.